

Barros Neves de Araújo, Henrique y Silva Borges, Sérgio. A territorialização da cultura e a “nova” política cultural no Estado da Bahia. *GeoGraphos*. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 29 de enero de 2014, vol. 5, nº 61, p. 133-145. [ISSN: 2173-1276] [DL: A 371-2013] [DOI: 10.14198/GEOGRA2014.5.61].



<http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal>

Vol. 5. Nº 61

Año 2014

A TERRITORIALIZAÇÃO DA CULTURA E A “NOVA” POLÍTICA CULTURAL NO ESTADO DA BAHIA¹

Henrique Barros Neves de Araújo
Mestrando em Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia
Membro do Grupo Espaço Livre de Pesquisa e Ação
(Salvador, Bahia, Brasil)

Correio eletrônico: henriquebna@gmail.com

Sérgio Silva Borges
Mestrando em Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia
Membro do Grupo Espaço Livre de Pesquisa e Ação
(Salvador, Bahia, Brasil)

Correio eletrônico: sergioborges25@gmail.com

Recibido: 2 de agosto de 2013. Aceptado: 29 de enero de 2014

¹ Os resultados referem-se à uma pesquisa maior, intitulada “Cultura e Poder na Formulação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e Cultural: Um Estudo Sobre Articulação de Escalas Geográficas e Regionalização Institucional no Estado da Bahia a qual é coordenada pelo Prof. Angelo Serpa, pesquisador do CNPq, e com a participação de Julia Monteiro Santos, bolsista de IC do CNPq, no âmbito das pesquisas do Grupo Espaço Livre de Pesquisa e Ação. O projeto foi/é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

RESUMO

O presente estudo analisa as políticas públicas culturais elaboradas e implementadas pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult-Ba), a partir da territorialização da cultura, em consonância com as diretrizes administrativas do governo federal. Segundo o governo do Estado, essa nova forma de gerir e atuar tem o objetivo de descentralizar e democratizar a formulação, o planejamento e a execução de programas e ações culturais para o interior do Estado com vistas a seu desenvolvimento sociocultural e territorial. Busca-se, de acordo com a Secult-Ba, construir uma “cidadania cultural” a partir de ações que almejam alcançar todo o território baiano. Faz-se assim, uma análise teórico-aplicada com base em pesquisa documental, bibliográfica e direta (pesquisa de campo, elaboração de roteiros de entrevistas e realização de entrevistas com questões semiestruturadas, a serem aplicadas aos agentes da pesquisa). Desse modo, tenta-se mostrar a existência de entraves que dificultam as ações e uma possível ratificação dessas estratégias e práticas políticas e institucionais.

Palavras chave: Territorialização, cultura, cidadania, política pública.

TERRITORIALIZACIÓN DE LA CULTURA Y LA “NUEVA” POLÍTICA CULTURAL DEL ESTADO DE BAHÍA

RESUMEN

El presente estudio analiza las políticas culturales públicas, elaboradas e implementadas por la Secretaría de Cultura de Estado de Bahía (Secult-Ba), a partir de la territorialización de la cultura en conjunto con las directrices administrativas del gobierno federal. Según el gobierno de Estado, esa nueva forma de administrar y actuar tiene como objetivo, descentralizar y democratizar la construcción, la planificación y la ejecución de programas y acciones culturales para el interior del Estado de Bahía, con vistas a su desenvolvimiento socio-cultural y territorial. Se busca, en acuerdo con Secult-Ba, construir una “ciudadanía cultural” a partir de acciones que pretenden alcanzar todo el territorio bahiano. Se ha realizado, por lo tanto, un análisis teórico-aplicado, basado en una investigación documental, bibliográfica y directa (investigación de campo, elaboración de rutas de entrevistas y realización de entrevistas con asuntos semiestructurados, a ser aplicadas para los investigadores). De ese modo, se intenta mostrar la existencia de problemas que dificultan las acciones, y una posible ratificación de esas estrategias y prácticas políticas e institucionales.

Palabras clave: Territorialización, cultura, ciudadanía, política pública.

CULTURAL TERRITORIALIZATION AND THE “NEW” CULTURAL POLICY IN THE STATE OF BAHIA

ABSTRACT

This study analyses the public cultural policies formulated and executed by the Secretariat of Culture of the State of Bahia (Secult-Ba), starting from culture territorialization, in consonance to the administrative directions of the federal

government. Accordingly to the state government, this new way of manage and to put things into action has the objective of decentralize and democratize the preparing, planning and execution of cultural programs and actions, to the interior of Bahia, looking at its social, cultural and territorial development. In accordance with Secult-Ba, they try to build a “cultural citizenship” beginning with actions that want to reach all the territory of Bahia. So we do a theoretical applied investigation based in documental, bibliographical and direct research (through field research, guide-book of interviews and interviews with semi structured questions. By this way, we try to show the existence of obstacles that bring difficulties to the actions and to a possible ratification of these political and institutional strategies and actions.

Key-words: Territorialization, Culture, Citizenship, Public policy.

INTRODUÇÃO

No ano de 2007 o governo do Estado da Bahia passou a adotar uma nova política territorial, instituindo 26² Territórios de Identidade cultural. Os novos recortes espaciais passam a nortear as políticas públicas estaduais ao substituir as 15 Regiões Econômicas que, até então, orientavam as políticas governamentais.

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA), gerida por Marcio Meirelles, em consonância com as diretrizes administrativas do governo estadual, territorializa as ações da pasta da cultura no Estado. Essa territorialização induz a modificações na forma de atuação das políticas públicas culturais em todo o território baiano. A SECULT-BA adotou a ferramenta dos editais enquanto instrumento de políticas públicas (passou a territorializar os editais) e a assumir o discurso de “*descentralização*” e “*democratização*” dos recursos destinados à pasta.

Concomitantemente a esse processo, a SECULT-BA passa a desenvolver três ações. De acordo com a secretaria, essas têm o propósito de concretizar uma cidadania cultural no Estado, que irão nortear, junto à territorialização da cultura, as novas formas de gestão e ação da política pública cultural, são elas: “a Implantação de Representações Territoriais da SECULT; a Realização da II Conferência Estadual de Cultura; e a Criação do Sistema Estadual de Cultura”.

Nesse sentido, o presente estudo tem como foco de análise entender como essa nova forma de gestão e ação territorial modifica as políticas públicas de cultura no Estado e as suas novas formas de agir e atuar, assim como analisar as estratégias políticas apontadas como prioritárias pelo governo estadual no âmbito das políticas públicas de cultura.

Para isso, desenvolvemos a nossa análise voltada para as máximas da prática discursiva do governo do Estado da Bahia, ou seja, as ideias de “descentralização, democratização das políticas públicas, participação cidadã e de desenvolvimento territorial justo e equânime”, para assim, promover, de acordo com o governo do Estado, aquilo que denominamos de cidadania cultural.

² Após muitas reivindicações, no ano de 2011, foi criado o vigésimo sétimo território de identidade, denominado de Costa do Descobrimento.

Tomamos como exemplo um conjunto de diretrizes, estratégias e ações que vem norteando a formulação e o desenvolvimento de políticas públicas pactuadas entre a federação, os Estados e municípios, com a institucionalização da participação social, visando à consolidação, à implementação, à articulação e à formatação de uma política de Estado, que supere as instabilidades governamentais, e, assim, possam colocar em prática políticas públicas territoriais que promovam um efetivo desenvolvimento social, com maior equidade.

A TERRITORIALIZAÇÃO DA CULTURA NA BAHIA

O processo de territorialização, termo derivado do verbo territorializar, é trabalhado aqui numa perspectiva geográfica, integradora, apontada por Rogério Haesbaert em seu livro intitulado *O mito da desterritorialização* (2006). O autor concebe a territorialização como “processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos”, que caracteriza a espacialidade humana.

Numa perspectiva integradora concebe-se o território em suas múltiplas dimensões, social, material e simbólico-cultural. O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (Haesbaert, 2010, p.166).

Quando implementada no Estado da Bahia, a política dos Territórios passou a nortear as políticas das diferentes secretarias, como da Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN) e da Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT), que, por sua vez, começou a utilizar essa nova regionalização como forma de territorializar as políticas públicas culturais no território baiano (Borges e Serpa, 2012). Assim, a SECULT-BA foi uma das primeiras pastas a territorializar suas ações e políticas públicas em uma tentativa de abranger os 417 municípios do Estado. Como coloca Andrade:

Quando nós entramos aqui, havia ainda a divisão da Bahia por regiões econômicas, mas o governo estava adotando esse critério de territórios de identidade. Nós formamos um meio de alcançar os 417 municípios simultaneamente, em uma ação escalar, adotamos essa regionalização para que os atores se comunicassem, para achar uma forma estratégica mais eficaz, são formas de planejamento, unidades de planejamento, o território de identidade, no primeiro momento, nós procuramos para solucionar isso, como unidade de planejamento (Ângela Andrade ex-superintendente de cultura da SECULT).

Dentro dessa proposta de territorialização da Cultura, a SECULT-BA passa a adotar uma nova política de desenvolvimento cultural, através da ferramenta dos editais, como instrumento das políticas públicas culturais. Inseriu-se a política de cotas territoriais por editais, porém, é importante salientar que nem todos editais da SECULT-BA foram territorializados (Araújo, 2012, p. 4).

A inserção dos editais teve o objetivo de realizar uma maior abrangência das políticas públicas no interior do Estado e, conseqüentemente, gerar uma descentralização dos investimentos da capital Salvador em direção ao interior do Estado, como afirma a representante territorial da Secretaria de Cultura do Estado, Renata Reis:

[...] a Secretaria de Cultura (SECULT) decidiu trabalhar com os 26 territórios, para passar a atuar mais no interior do Estado, porque as ações estavam muito concentradas na capital e sempre existiu uma carência muito grande em todo o interior, de políticas culturais, de acesso aos editais, de acesso a encontros e festivais, tudo estava muito concentrado aqui na capital, em Salvador (Renata Reis, representante territorial da Secretaria de Cultura do Estado, no Território da Região Metropolitana de Salvador).

A ferramenta dos editais na política pública cultural

A ferramenta dos editais vem sendo utilizada pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, como uma tentativa de descentralizar e democratizar o acesso aos recursos que são destinados aos grupos e projetos culturais. As seleções públicas, em forma de editais, foram iniciadas em 2007 como uma das principais políticas de fomento à cultura no Estado da Bahia.

Os editais públicos de cultura são apontados como um instrumento de fundamental importância na construção de uma política democrática e descentralizadora: Antônio Lírio, Secretário Municipal de Cultura em Lauro de Freitas-Bahia, afirma que o edital “é o maior instrumento democrático: os editais de cultura. Então, o edital de cultura todo mundo, senhor José, dona Maria, senhor João podem concorrer, e não quem é próximo do secretário ou da prefeita, por assim dizer”.

Mesmo com a busca por melhor distribuição dos recursos destinados à cultura, a ferramenta dos editais tem encontrado críticas, a exemplo da formulada por Gil Vicente Tavares, diretor de teatro em Salvador, em entrevista no âmbito dessa pesquisa, ao colocar que “o que sempre me incomodou no edital é que o raciocínio básico é quase uma coisa neoliberal, é tipo assim: tome sua grana, se vire, o Estado te dá às costas e o problema é seu”.

Dentre as críticas, a da burocracia dos editais é unânime entre os grupos culturais, mas elas não param por aí: alega-se que os editais não vêm conseguindo democratizar os recursos, pois grupos culturais que apresentam uma melhor estrutura e/ou uma maior capacitação, por já estarem mais acostumados a esse tipo de processo seletivo, vêm sendo contemplados em diversos editais, o que contraria a lógica proposta de democratização. Assim, para Raimundo, coordenador do Ponto de Cultura Terreiro de São Jorge Filhos da Goméia/Grupo Bankoma:

[...] Eu costumo dizer que o edital em um dos momentos é uma galinha gorda. Galinha gorda, aquela questão que joga os queimados para os meninos e os mais fortes, os mais espertos conseguem pegar uma maior quantidade de queimados, os mais fracos às vezes não pegam nenhum, isso é uma lei de

sobrevivência e em alguns momentos cruel. Editais são regidos por leis e impossibilitam o acesso de grupos culturais que não tiveram capacitação, que não entendem essa questão de funcionamento do Estado (Raimundo, coordenador do Grupo Bankoma).

A formação e capacitação dos artífices, dos agentes culturais, mostra-se como um dos grandes entraves dessa nova política de editais, principalmente para aqueles grupos ligados a culturas ditas populares e não eruditas. Consoante Letícia Silva,

[...] precisa que as pessoas tenham um conhecimento adequado, para se organizarem. Porque tem muita gente fazendo cultura, não de uma maneira ordenada, às vezes porque não sabem, e porque é difícil mesmo. Pra quem faz cultura, a pessoa que faz cultura popular é difícil, eles não têm um conhecimento assim, não são todos, alguns têm aquelas dificuldades, e com essas questões de editais, de buscar o recurso, eu acho que poderia simplificar mais a maneira que viriam esses benefícios. Porque pra quem está estudando, pra quem está na mídia todo dia, sabe das informações, é mais fácil, para outros há mais dificuldades, eu sempre bato nessa tecla (Letícia Silva, Coordenadora de Cultura em Santo Antônio de Jesus-Bahia).

A cidadania cultural

A cidadania cultural tem como princípio básico o direito à cultura, direito do cidadão ao acesso aos bens e às obras culturais, assim como, o direito de criar, de fazer cultura e de participar das decisões políticas sobre a cultura.

Uma cidadania cultural exige a institucionalização de instâncias regionais de formulação, implementação e compartilhamento das políticas e da gestão cultural, bem como a institucionalização de equipamentos culturais (museus, teatros, cinemas etc.), além da participação das instituições científicas.

Santos (2007) chama atenção que há no Brasil diferenças geográficas contrastantes, quanto ao arranjo territorial dos bens e serviços essenciais ao indivíduo. Constituem-se em desigualdades territoriais:

Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro (p. 139).

No território brasileiro, essa desigualdade distributiva é responsável pelo estabelecimento de uma relação entre o lugar e o valor do indivíduo e, entre a acessibilidade a esses bens e serviços e a igualdade dos cidadãos, como aponta Santos (p. 139):

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde está (p. 107).

[...] a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade (p. 144).

Neste sentido, Santos (2007) deixa claro que uma cidadania concreta que precinda do componente territorial é inimaginável. A repartição espacial dos bens e serviços essenciais à vida não pode obedecer à ordem mercantil, mas sim ao interesse público, ou seja, a distribuição geográfica deve servir de base à justiça social.

Uma prática da cidadania cultural exige a consolidação e a distribuição equitativa de uma infraestrutura cultural em todo o território, bem como a garantia de acesso aos meios de fruição cultural, além da valorização e da difusão das manifestações culturais. Estas são algumas das diretrizes políticas divulgadas pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA), em seu programa de políticas públicas de cultura para o Estado, a exemplo da implementação do Sistema Estadual de Cultura e da municipalização da cultura em todo o Estado, através da criação dos Sistemas Municipais de Cultura.

De acordo com Leitão (2009), um grande desafio que se coloca em relação à cidadania é o fato de as políticas públicas de cultura estenderem o conceito de cidadania. A autora considera que a cidadania cultural teria duas vocações fundamentais:[...] afirmar os direitos e deveres dos indivíduos face às suas culturas e às demais culturas; determinar os direitos e deveres de uma comunidade cultural frente às demais comunidades culturais (p. 45).

A SECULT-BA afirmava estar desenvolvendo três ações no âmbito da Diretoria de Integração Regional da Superintendência de Cultura com o propósito de efetivar uma cidadania concreta no Estado, são elas: a Implantação de Representações Territoriais da SECULT; a realização da II Conferência Estadual de Cultura; e a criação do Sistema Estadual de Cultura, com o propósito de se consagrar a cidadania cultural no Estado.

A implantação de representações territoriais da SECULT

A SECULT-BA implantou Representações Territoriais da secretaria em todos os vinte e seis Territórios de Identidade do Estado, foram selecionados 27 representantes territoriais da cultura, em regime REDA, sendo um para cada território e dois para o território de identidade da Região Metropolitana de Salvador, pela complexidade que esse território apresenta. Estes representantes foram selecionados:

[...] para fortalecer a institucionalização, no âmbito da própria secretaria, do sistema estadual de cultura. Como ressalta Andrade, uma rede criada “através de seleção pública, isso significa um edital de contratação nos padrões REDA. Nós criamos uma estrutura para uma política de estado, não de governo, é uma coisa mais em longo prazo” (SERPA *et al*, 2011, p.12).

A implantação dessas representações teve como objetivo: descentralizar as ações culturais para o interior do Estado, democratizar o processo de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da cultura, e, assim, romper com o tradicional isolamento das diversas regiões do Estado. Jéferson Silva, Diretor de Cultura de Governador Mangabeira-Bahia, afirma que “com essa questão da criação do Território, aproximou mais o município com o governo do Estado”.

Para a maioria dos responsáveis pela pasta da cultura, houve o estabelecimento/a ampliação do diálogo entre os municípios e a Secretaria de Cultura – SECULT, a partir das políticas de desenvolvimento territorial e cultural do Estado da Bahia e, assim, o isolamento ao qual alguns municípios estavam submetidos parece, a princípio, ter sido superado através dos representantes territoriais de cultura.

Segundo Andrade (2012), esses representantes atuam como “articuladores regionais das políticas públicas de cultura, colocando-se também como interlocutores diretos da Secretaria de Cultura e de seus órgãos vinculados (FUNCEB, FPC, IPAC e IRDEB) no respectivo território” (p. 3).

A realização da II Conferência Estadual de Cultura

Uma etapa importante no processo de construção democrática de políticas públicas culturais para o Estado da Bahia, apontada por Andrade (2012), foi a realização da II Conferência Estadual de Cultura, considerada como um amplo espaço de participação e articulação entre gestores, produtores, artistas, empresários e organismos culturais em todos os territórios do Estado.

A realização das conferências estaduais de cultura é uma ação de extrema relevância para o campo cultural, com o objetivo de “estabelecer um processo de construção conjunta de formulação e implementação de políticas públicas, integrando os poderes públicos e a sociedade e gerar conteúdos para a formulação dos Planos Municipais, Territoriais e Estadual de Cultura”³. Atualmente a conferência estadual encontra-se em sua quarta edição, realizada em 2011, no município de Vitória da Conquista.

Os princípios norteadores para a realização das conferências estaduais de cultura são o da participação, “a construção coletiva e a identificação de instâncias para o permanente diálogo entre sociedade civil organizada e o Governo do Estado”, bem como o da articulação “com gestores, produtores, artistas, empresários e organismos culturais em todos os territórios do Estado”, na criação de um ambiente de reflexão sobre as

³ <http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/superintendencias/superintendencia-de-cultura/conferencia-estadual-de-cultura/>

principais questões concernentes ao desenvolvimento cultural de cada território, a partir da realização das Conferências de Cultura (Estadual, Territorial e Municipais) (Andrade, 2012, p. 3).

A conferência estadual de cultura funciona em rede e requer a realização de etapas territoriais – Conferências Territoriais de Cultura, e municipais – Conferências Municipais de Cultura, através da mobilização municipal e regional, com a realização de encontros municipais e a preparação para os encontros territoriais de cultura.

O Sistema Estadual de Cultura

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) constitui-se como um processo de articulação, gestão e promoção conjunta de políticas, pactuadas entre os entes da federação – governos federal, estadual e municipal – e a sociedade civil, que possibilita a articulação em prol de melhorias no que tange as políticas públicas culturais. Tem por objetivo “formular e implementar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pontuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais”(blogs.cultura.gov.br/snc/).

O SNC tem uma importância estratégica ao integrar os três níveis de governo para uma atuação partilhada, planejada e complementar, seja democratizando os processos decisórios intra e intergovernos, seja garantindo a participação da sociedade de forma permanente e institucionalizada (BRASIL, 2010). Desse modo, espera-se que o SNC seja capaz de dar continuidade às políticas públicas de cultura como políticas de Estado.

Com a criação do SNC,

Surgem pressupostos fundamentais que passam a tratar a cultura, finalmente, como matéria de desenvolvimento, em profundo diálogo com outras áreas do setor público, mas com garantida autonomia para propor políticas a partir de suas próprias bases: diversidade cultural, acesso do indivíduo pelo diálogo das diferenças, cultura como capital social, provedor de formação humanística e desenvolvimento (Porto, 2009, p. 7).

O governo do Estado da Bahia inseriu-se no SNC no ano de 2007. Para implantar o Sistema Estadual de Cultura (SEC) foi necessária a criação de órgãos específicos de gestão da política cultural Estadual, instrumentos operativos: *Plano estadual de Cultura*; *Fundo estadual de Cultura*; *Conselho estadual de Cultura* ou outras instâncias colegiadas, que constituirão espaços de pactuação de políticas públicas para o desenvolvimento da cultura. A representação nessas instâncias deverá ser paritária governo-sociedade, possuindo caráter consultivo.

A política cultural formulada pela SECULT- BA, alinhada com a política do Ministério da Cultura (MINC), propõe oferecer à população o acesso a bens, produtos e serviços culturais. Para isso, tem na implantação dos instrumentos operativos do Sistema de Cultura os seus princípios básicos.

O SEC transformou-se em uma das principais diretrizes no campo das políticas

culturais, sendo o resultado de um processo de articulação, gestão e promoção conjunta de políticas entre os entes federativos e a sociedade civil, visando à promoção do desenvolvimento cultural de forma descentralizada, incentivando a implantação de um modelo de gestão cultural que promova a sustentabilidade das ações de desenvolvimento sociocultural nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

Nos discursos políticos e documentos oficiais do Estado, é recorrente a afirmativa de uma percepção e compreensão da cultura como elemento de afirmação da cidadania, capaz de promover a inclusão social e, como um fator de crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural.

POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DEMOCRÁTICA E DESCENTRALIZADA?

O nascimento de uma nova política cultural na Bahia, a partir da inauguração de um novo tipo de relação entre governo e sociedade, está calcado no diálogo e na participação social, isto é, no debate de ideias e na incorporação democrática da divergência e do conflito, pelo menos têm sido estas as máximas da prática discursiva institucional do governo do Estado da Bahia, a partir do ano de 2007. “Trocamos o pensamento único pela diversidade de ideias; trocamos a imposição arrogante e a resignação silenciosa pela possibilidade de discordância, pela construção negociada de consensos” (Meirelles apud Chauí, 2009, p. 8).

O ato de compartilhar com a sociedade civil o poder e as decisões tem como base a parceria, o diálogo social, a integração dos agentes sociais à esfera pública, a elevação do protagonismo social e a pactuação de ações entre Estado e sociedade na formulação e condução de políticas públicas.

Para Chauí (2009), “uma nova política cultural precisa começar como cultura política nova, cujas vigas mestras são a ideia e a prática da participação”, isto é, com o envolvimento ativo, político e democrático em participar das decisões sobre a política cultural. Se estabelece aí uma união indissociável de cultura e democracia (p. 67).

No desenvolvimento das políticas públicas de cultura, a SECULT e o MINC têm dado destaque à emergência de um conjunto de mecanismos de legitimação da participação popular, que surgem em resposta à demanda crescente pela constituição de um sistema de políticas públicas autêntico, isto é, democrático. Dão como exemplo a criação de conselhos, colegiados e a realização de conferências de cultura, que atualmente desempenham um papel relevante no panorama contemporâneo brasileiro, em termos de construção de políticas democráticas e/ou participativas.

Deve-se avaliar, no entanto, se vem ocorrendo a efetiva participação dos indivíduos nos assuntos públicos, isto é, uma efetiva democratização dos espaços ocupados pelo aparelho estatal, ou se entre a ideia e a prática de uma gestão pública democrática – participativa, existe apenas uma aparência de participação política.

A necessidade de democratizar e descentralizar os recursos e projetos de Salvador e de fazer chegar cultura para todo o Estado é um dos principais objetivos da nova política cultural que o governo estadual vem implementando desde 2007. Segundo Renata Reis,

[...] a questão da descentralização passa pela questão da institucionalização, da formação de sistemas municipais de acordo com o sistema estadual e nacional de cultura, porque aí você tem um município institucionalizado, com a secretaria já formada, ele tem autonomia para fazer suas próprias ações.

Com isso, percebe-se que os municípios, que vêm tentando se integrar ao sistema de cultura, têm conseguido desenvolver as políticas culturais no âmbito municipal com mais facilidade, a partir dessa articulação com os governos federal e estadual e a partir da criação de aparelhos institucionais que dão apoio técnico a seus agentes culturais. Cada município apresenta um caso diferente, pois alguns já estão mais avançados que outros no desenvolvimento e na implementação dessa política. Assim, a política de desenvolvimento territorial e cultural tem gerado modificações de diferentes formas no cenário cultural baiano. Vital de Oliveira Vasconcelos, dirigente de cultura do município de Camaçari, afirma que:

Anteriormente nós não tínhamos nenhuma referência de grupos que haviam sido contemplados em editais, enfim, hoje já temos diversos grupos que foram contemplados, muitos outros, mesmo não contemplados, já participam, ou seja, há uma aproximação, um diálogo, e a própria informação em relação a como chegar a esses recursos, em como trilhar os caminhos para acertar.

Já Débora Costa Araujo, secretária de cultura do município de Madre de Deus, assevera que “é indiscutível que a atual proposta de política do Estado é mais abrangente, muito embora até o momento não tenha representado, em termos mais significativos mesmo, reais mudanças, mudanças substanciais que pudessem ser representativas em nosso município”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste estudo sobre o processo de territorialização da cultura e o desenvolvimento de uma “nova” política pública cultural no Estado da Bahia, centrados nas ideias de descentralização, democratização das políticas públicas, participação cidadã e de desenvolvimento territorial justo e equânime, evidencia-se a existência de alguns entraves que se colocam para a consagração dessas estratégias e práticas políticas e institucionais.

Sem dúvida alguma, essas estratégias e ações colocadas em prática e/ou em vias de implementação e implantação pela SECULT-BA e pelo governo do Estado da Bahia, podem ser consideradas como um grande avanço institucional, no sentido de se estabelecer uma nova relação entre Estado e sociedade civil organizada, através da construção de um diálogo para o planejamento e a execução das políticas públicas culturais.

Acredita-se que a política de territorialização da cultura ainda tem um longo caminho a trilhar, até que ocorra, de fato, a descentralização de recursos e a participação da população na formulação e na implementação das políticas territoriais, como políticas de Estado.

Em relação à participação cidadã, nota-se que há dificuldades no que diz respeito à

comunicação, à organização e à operacionalização dessas práticas técnico-institucionais e sociais para que se possa ter a efetiva consolidação dessas ações e para o desenvolvimento territorial e sociocultural do Estado, de uma maneira mais justa e igualitária.

Pensa-se que uma efetiva consagração das políticas públicas culturais exige a compreensão e a sensibilização dos agentes sociais envolvidos no processo, são eles: dirigentes de cultura, artistas e sociedade civil como um todo, em relação ao próprio conceito de cultura e de sua relação e articulação com os conceitos de democracia e desenvolvimento justo e equânime.

É fato que em vários dos espaços políticos investigados a cultura não é considerada uma área estratégica para o desenvolvimento social. Outras esferas do desenvolvimento humano, como educação e saúde, são “priorizadas”, além da realização de obras públicas, pois, de acordo com os entrevistados, essas ações têm maior visibilidade e um retorno eleitoral mais rápido e garantido.

De maneira veemente, acredita-se na possibilidade dessas políticas culturais serem implementadas, e, assim, no seu poder de transformar o cotidiano social das localidades. Para tanto, é necessário que de fato essas sejam construídas como políticas de Estado, nas quais as questões político-partidárias apontadas pelos entrevistados sejam deixadas de lado, na busca pelo bem comum.

Porém, é possível vislumbrar as várias possibilidades, os limites e desafios colocados para se obter o exercício “pleno” da democracia, da justiça social e da cidadania cultural no Estado. Os caminhos a serem trilhados requerem pensar a cultura como uma esfera do desenvolvimento social e econômico; requerem pensá-la como um elemento/instrumento capaz de realizar a justiça social, descentralizando e democratizando efetivamente o acesso a recursos e investimentos; é necessário também respeitar a diversidade cultural, reconhecê-la como um patrimônio material e imaterial.

Salienta-se ao final que, como não se obteve êxito na busca pelos dados quantitativos sobre os investimentos da SECULT-BA nos Territórios de Identidade, no que tange os primeiros quatro anos desse processo, de 2007 a 2011, não é possível afirmar se realmente houve descentralização dos recursos e investimentos por parte da SECULT-BA no território do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. *Descentralização da Secretaria de Cultura e Democratização do Processo de Formulação de Políticas para o Desenvolvimento da Cultura no Estado da Bahia*. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/sistema-estadual-de-cultura>>. Acessado em: [15 de Janeiro de 2012].

ARAUJO, H. B. N. Do nacional ao territorial, uma articulação em rede: A rede dos Pontos de Cultura do território de identidade do Recôncavo. In: *Seminário Internacional Estado, Território e Desenvolvimento: contradições, desafios e perspectivas*. Salvador: SETED, 2012.

BORGES, S. e SERPA, A. O Papel dos Agentes Públicos e da Sociedade Civil na Implementação de Políticas de Desenvolvimento Territorial no Estado da Bahia: Uma Análise Preliminar. *Revista Geografares*, 2012, nº 11, p. 31-59.

Brasil-Ministério da Cultura. *Sistema Nacional de Cultura. Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Novembro, 2010.

CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia*. Coleção Cultura é o quê? Volume I. Salvador: Secretaria de Cultura e Fundação Pedro Calmon, 2009. 68 p.

HAESBAERT, R. C. *O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 395 p.

HAESBAERT, R. C. *Regional-Global: dilemas de região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LEITÃO, C. *Cultura e Municipalização*. Coleção Cultura é o quê? Volume III. Salvador: Secretaria de Cultura e Fundação Pedro Calmon, 2009. 72 p.

PORTO, M. *Cultura e Desenvolvimento em um quadro de desigualdades*. Coleção Cultura é o quê? Volume II. Salvador: Secretaria de Cultura e Fundação Pedro Calmon, 2009. 60 p.

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2007. 169 p.

SERPA, A. BORGES, S. ARAUJO, H e MONTEIRO, J. Políticas de desenvolvimento territorial e cultural: Articulação de escalas geográficas e regionalização institucional no Estado da Bahia. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro, 2011. ANPUR/UFRJ/UFF, 2010, vol. 1, p. 1-20.

FONTES ELETRÔNICAS

<<http://blogs.cultura.gov.br/snc>>. Acessado em: [07 de Março de 2013].

<<http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/superintendencias/superintendencia-de-cultura/conferencia-estadual-de-cultura>>. Acessado em: [07 de Março de 2013].

© Copyright Henrique Barros Neves de Araújo y Sérgio Silva Borges, 2014.

© Copyright GeoGraphos, 2014.



GIECRYAL
GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE
ESTUDIOS CRÍTICOS Y DE AMÉRICA LATINA